

Assembleia da República **Audiência na Comissão de Educação e Ciência**

Intervenção da FNAPEC

A FNAPEC manifesta o seu agradecimento à Comissão de Educação e Ciência que permitiu recebe-nos e ouvirmos em sede de Audiência. As Associações de Pais das Escolas de Ensino Católico manifestam a sua preocupação com as linhas diretivas para o ensino em Portugal, nomeadamente sobre o direito de escolha para os seus filhos, sem encargos adicionais imputados aos pais. O direito à escolha é um direito natural, protegido pela lei geral e consagrado na Constituição.

Nesta linha, assiste a qualquer família a liberdade¹ de optar por uma determinada Escola, independentemente das suas convicções ideológicas de direita ou de esquerda, laicas ou religiosas e do seu estrato socioeconómico. A oportunidade, conveniência, equidade, razoabilidade e justiça social faz-se pela via fiscal e não pelo direito à educação gratuita.

Neste momento estamos a assistir a uma diferenciação e a uma desigualdade cada vez mais acentuada entre quem pode efetivamente escolher um projeto educativo diferente, e os que não conseguem fazer essa opção. Os rankings das escolas ordenado pelo indicador global dos percursos diretos de sucesso dá-nos uma clara identificação das opções das famílias e mostra-nos a escolha pela melhor escola está cada vez mais associada a quem tem o poder de pagar. A verdade é que a educação, como elevador social, está mais próxima das famílias mais abastadas e cada vez mais fechada às famílias carenciadas. Não precisamos de grandes ensaios para testemunhar esta afirmação, basta comparar os rendimentos das famílias que antes estudavam nos Colégios com Contratos de Associação, com as famílias que agora suportam a propina pela totalidade.

¹ No art.º 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem lemos: "aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos".
No n.º 3 do art.º 14.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia lemos: "São respeitados (...) o direito dos pais de assegurarem a educação e o ensino dos filhos de acordo com as suas convicções religiosas, filosóficas e pedagógicas".
No art.º 43.º da CRP lemos: "É garantida a liberdade de aprender e ensinar" e "O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas".

Em face do exposto e na expectativa da defesa de uma igualdade de oportunidades a todas as famílias, as Associações de Pais de ensino católico consideram que essa igualdade só será plena quando voltar a existir um claro respeito pela liberdade de escolha da escola e do projeto educativo para os seus filhos.

Pedimos, por esta via, que esta discussão seja centrada em quatro pilares:

1. O Estado é o garante do bom funcionamento da rede de ensino e das “liberdades de aprender e de ensinar”², consagradas nos “direitos, liberdades e garantias” da Constituição;
2. Serão as famílias, pelo seu grau de exigência e satisfação, que determinarão os desígnios das escolas (do estado ou de iniciativa privada)³;
3. Seja abandonado o *status quo* da uniformidade do comando e controlo do poder centralizado, repercutido na tendência para uma oferta educativa padronizada e sem a necessária equidade que as questões singulares exigem;
4. Que se defenda uma educação prospetiva sustentada no aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver juntos (descobrir, inventar e construir, em respeito pelos valores das famílias, como centro basilar da condição humana).

Ser livre significa deter os meios que permitem exercer a autonomia. Assegurar esta autonomia, depende muito da nossa capacidade de assegurar, simultaneamente, a liberdade de escolha, a igualdade, a equidade e o direito à diferença.

A Presidente da FNAPEC,

Cristina Faustino Agreira

² Pinto, Mário (1993), Liberdade de aprender e de ensinar: escola privada e escola pública, *Análise Social*, vol XXVII, 4^ª-5^ª, p. 753-774.

³ As melhores escolas sobrepor-se-ão às piores e estas últimas ou tenderão a melhorar-se ou a extinguirem-se pela ausência de procura